



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

# BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

MARÇO DE 2023 - EDIÇÃO 100 - WWW.MEF.GOV.MZ

EM FOCO

AO PARLAMENTO

**MINISTRO DA ECONOMIA  
E FINANÇAS EXPLICA O OBJECTIVO  
DA REFORMA DA POLÍTICA SALARIAL**

PAG.3

## DESTAQUE

Em Maputo

Max Tonela no Lançamento  
do Relatório da Actualidade  
Económica de Moçambique

PAG.4





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

## CARTA DE SERVIÇOS

### Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

### Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

### Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

### Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

### Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Ao Parlamento

## Ministro da Economia e Finanças Explica o Objectivo da Reforma da Política Salarial



O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, explicou na última sessão parlamentar de perguntas ao Governo que a reforma da Política Salarial tem quatro objectivos, nomeadamente, inverter a tendência crescente da massa salarial, alcançar o equilíbrio salarial entre as mesmas carreiras profissionais, reduzir o número de Tabelas Salariais diferenciadas e reduzir o peso da despesa com salários e renumerações no total da despesa e no PIB.

Intervindo no parlamento, onde deu o ponto de situação da reforma da Política Salarial em curso no País, Tonela disse igualmente que o apuramento do quantitativo definitivo tomou em consideração a avaliação das petições e irregularidades que

ocorreram no processo, o princípio de promoções e progressões dentro de carreiras de forma a estimular o contínuo desenvolvimento das mesmas, o princípio de justiça salarial dentro da Função Pública, e assegurar a sustentabilidade da folha salarial.

Respondendo às perguntas de insistência levantadas durante o debate, o titular da Economia e Finanças reconheceu o problema do atraso no pagamento dos salários durante o mês de Outubro de 2022, bem como a existência de um fosso considerável entre as funções e as carreiras técnicas. Contudo, há neste contexto aumento salarial para todos os Funcionários Públicos que pela sua função tinham salários abaixo do previsto na Tabela Salarial Única, explicou.

O Ministro Tonela referiu-se igualmente ao aumento considerável da massa salarial que incrementou consideravelmente nos últimos anos, passando de 8% do PIB em 2010, cerca de 59% das receitas fiscais, para mais de 14% do PIB em 2021, absorvendo cerca de 70% das receitas fiscais, o que encontra-se acima da média regional, o facto que obriga o Governo a tomar medidas urgentes para reverter essa tendência insustentável relativamente ao que foi definindo para o PESOE 2023 que é um envelope salarial de MT 185,3 bilhões.

O aumento de cerca de 20% reflete o facto de a reforma ter custos iniciais, representando um esforço financeiro gigantesco para o Estado.



Em Maputo

## Max Tonela no Lançamento do Relatório da Actualidade Económica de Moçambique



O Ministro da Economia e Finanças, Max Tolena, participou no dia 10 de Março de 2023, no Painel do lançamento do Relatório do Banco Mundial sobre a Actualidade Económica de Moçambique.

Intervindo na cerimónia, o Ministro referiu-se à Estratégia Nacional de Desenvolvimento do Governo (2023-2042) destacando seus objetivos de transformar Moçambique num País próspero, competitivo, sustentável, seguro e de inclusão, bem como a criação de condições para elevar o padrão de vida da população através de um desenvolvimento económico, social, territorial e ambiental equilibrado, sustentado por uma boa governação.

Tonela abordou igualmente os desafios que o País pretende enfrentar, sobretudo nas áreas de desenvolvimento do capital humano com acesso e qualidade dos serviços de educação, saúde, protecção social, qualificação da mão-de-obra com competências chave e fortalecimento das instituições, modernização da Administração Pública, e combate à corrupção.

Respondendo à pergunta lançada por um participante sobre o papel do novo Pacote de Aceleração Económica (PAE) no estímulo ao desenvolvimento do Sector Privado, Max Tonela, disse que o PAE já está a implementar as medidas previstas, dando exemplos do pilar dedicado ao reforço do ambiente empresarial

através da criação de um Fundo de Garantia Mutuário, melhoria da competitividade dos aeroportos e corredores logísticos nacionais e revisão do regime geral de vistos de entrada no País, para promover maior fluxo de turistas e homens de negócios.

Por seu turno, a Vice-Presidente do Banco Mundial, Victoria Kwakwa, disse que o Relatório da Actualidade Económica de Moçambique reflecte sobre a importância de um modelo de desenvolvimento diversificado, inclusivo, resiliente para Moçambique, destacando o sector de serviços como o provável motor para direccionar a economia, embora não trazendo conclusões definitivas sobre as acções a serem tomadas pelo Governo.



## Max Tonela e Victória Kwakwa Avaliam Cooperação entre Moçambique e BM



40 projectos em Moçambique e 4 regionais, no montante de mais de USD 6,000,000,000.0. Existem projectos em carteira avaliados em cerca de USD 2,300,000,000.0 para os anos fiscais de 2023 e 2024, sublinhou Tonela

Por seu turno, a Vice-Presidente Regional para a África Oriental e Austral, garantiu que a sua instituição financeira está fornecendo apoio vital aos países à medida que enfrentam uma série de desafios complexos e multifacetados, incluindo a crise da COVID-19, choques climáticos, inflação nos preços dos alimentos, energia e aumento nos níveis da dívida.

As suas prioridades incluem a promoção de empregos no sector privado, transformação económica, construção do capital humano, fortalecimento à resiliência climática, produtividade agrícola, segurança alimentar e o melhoramento do acesso à infra-estruturas críticas dentre outros. A região da África Oriental e Austral é estável, integrada e resiliente, com economias dinâmicas e sociedades prósperas, nas quais todos os cidadãos, notadamente mulheres, crianças e jovens desfrutam de igualdade de oportunidades, concluiu Victória Kwakwa.

O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, manteve recentemente, em Maputo, uma reunião de cortesia com a Vice-Presidente Regional para a África Oriental e Austral, Victória Kwakwa, na qual abordaram dentre vários temas, a situação na Região Norte do País e o Ponto de Situação da implementação do Programa de Medidas de Aceleração Económica (PAE).

Na sua intervenção, o Ministro Tonela, enalteceu o papel fundamental que o Banco Mundial (BM) desempenha no nosso País desde 1984, tendo frisado que a partir de 1986 o BM começou a apoiar activamente os esforços de desenvolvimento do País, através de uma combinação sincrónica de operações de ajustamento, programas e projectos de investimentos.

O titular da Economia e Finanças destacou como principais áreas beneficiárias dos financiamentos do BM a Educação, Saúde, Infra-estruturas, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Boa Governação, Sector Privado, Terra

e Meio Ambiente, Recursos Minerais, apoio à Balança de Pagamentos, Desenvolvimento e Saneamento Urbano, Protecção Social, Resiliência e Riscos de Desastres, Dividendo Demográfico e Emprego, Inclusão Financeira, Rapariga e Empoderamento da Mulher, Economia Digital, bem como a ajuda para a recuperação da crise provocada pela situação do terrorismo no norte do País.

Actualmente, o BM financia, nas modalidades de donativo e crédito altamente concessional, mais de





## MEF no 11º Fórum Fiscal Africano



O Ministério da Economia e Finanças (MEF), através da Direcção do Gabinete de Gestão de Risco, dirigida pela directora Nazira Dista participa de forma virtual, de 21 e 22 de Março corrente no 11º Fórum Fiscal Africano - Construindo uma África Resiliente promovido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e União Europeia.

O fórum relaciona-se com aspectos ligados à adaptação às mudanças climáticas, dado que no futuro estes continuarão a ser uma fonte significativa de vulnerabilidade, e a alterações climáticas estão a tornar-se uma prioridade à medida que eventos extremos como secas e inundações estão a agravar a

insegurança alimentar e a minar as perspectivas de crescimento e desenvolvimento das Nações.

É uma reunião que conta com a participação de altas entidades e funcionários da África Subsariana, onde pretende-se explorar formas de reforçar a resiliência através de melhorias nas políticas sociais e do investimento na transição energética, particularmente tendo em conta as limitações de recursos.

O MEF foi convidado a partilhar experiências e perspectivas na sessão sobre o Financiamento para a Resiliência. Esta sessão abordou aspectos referentes a financiamento de investimento público na

resiliência, nomeadamente na adaptação às alterações climáticas, gerindo, em simultâneo, as vulnerabilidades da dívida pública existentes, preservando e melhorando continuamente os rendimentos, na educação e na saúde, disse Dista acrescentando que Paralelamente, discutiu-se ainda os potenciais instrumentos e fontes de financiamento, retirar lições da experiência internacional para combater as alterações climáticas, tendo simultaneamente em conta as necessidades de desenvolvimento concorrentes, preservando a sustentabilidade da dívida e discutir o papel fundamental dos doadores, das IFI, dos BMD e do Sector Privado.



Em Seminário

## MEF, BM e PGR Discutem Sanções Aplicáveis ao Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa



Entre 2020 e 2021, o Estado moçambicano levou a cabo a Avaliação Nacional dos Riscos (ANR), com vista a identificar as ameaças, vulnerabilidades e os riscos existentes no regime de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, em cumprimento das Recomendações do GAFI, disse Louveira acrescentando que, não obstante os esforços levados a cabo pelo Governo moçambicano, a persistência de algumas deficiências levaram a que o País fosse colocado, a 21 de Outubro de 2022, na lista de jurisdições com vigilância reforçada, também referida como Lista Cinzenta. "A colocação nesta

A Vice-ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, participou em Maputo no "Seminário Sobre Sanções Financeiras Aplicáveis em Matérias de Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa".

O evento enquadra-se no âmbito das acções levadas a cabo pelo Governo moçambicano com vista a implementação das recomendações emanadas pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), através de uma avaliação feita pelos peritos do Grupo de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais da África Austral e

Oriental (ESAAMLG), no tocante ao Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e a Proliferação Nuclear.





lista destina-se a assegurar que o País elimine com celeridade as deficiências estratégicas no sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo”.

Uma das condições essenciais para garantir a remoção de Moçambique da Lista Cinzenta é a submissão dos relatórios de avaliação, a nível regional, ao Grupo Conjunto África/Médio Oriente do GAFI portanto o ESAAMLG, e a nível Internacional ao próprio GAFI.

Por seu turno, o Vice-Procurador-Geral da República, Alberto Paulo sublinhou que a prevenção e combate ao terrorismo deve continuar a constituir uma das prioridades de todos nós,

pois põe em causa a dignidade humana e atenta contra a soberania do nosso Estado.

Para o Magistrado o terrorismo pode estar, muitas vezes, associado à outras formas de criminalidade organizada e complexa, como tráfico de drogas, a exploração ilegal de recursos naturais e os crimes económicos. Por essa razão, o combate ao terrorismo exige um conjunto de estratégias integradas, que incidem não apenas sobre o crime de terrorismo em si, como nas diversas formas do seu financiamento e recrutamento, finalizou.

A Vice-Administradora do Banco de Moçambique (BM),

Benedita Guimino, referiu que a colocação de Moçambique na Lista Cinzenta, impacta negativamente nas relações que o País mantém, a vários níveis, na arena internacional, mostrando-se crucial uma actuação coordenada de todas as entidades relevantes para reverter o cenário. É neste contexto que o BM, assume como instrumentos-chave de orientação, a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Proliferação de Armas de Destrução em Massa (2023-2027) e ao respectivo Plano de Acções, aprovado pelo Conselho de Ministros, com vista a remoção do País da referida Lista, concluiu Guimino.







Sobre Moçambique e Suécia

## Carla Louveira e Diana Jansen Trocam Impressões de Cooperação



Carla Louveira informou que o Governo de Moçambique lançou o PAE, que é composto por um conjunto de 20 reformas que visam o relançamento económico do País com perspectivas de resultados a curto e médio prazos criando a fundação de uma mudança no desenvolvimento do País.

O pacote será implementado num prazo de 2 anos; análises preliminares indicam que as medidas irão alcançar os resultados desejados, nomeadamente a criação de um ambiente de negócios favorável ao investimento nacional e estrangeiro, crescimento sustentável, criação de emprego e aumento de receita fiscal.

Por seu turno, Diana Jansen garantiu que através da Estratégia da Suécia para a cooperação para o desenvolvimento com Moçambique 2022–2026 vai continuar a criar oportunidades para melhorar as condições de vida das pessoas que vivem em situação de pobreza e opressão. A estratégia, com o período de vigência 2022–2026, disponibiliza um total de 4 mil milhões de coroas suecas, afirmou.

**N**um encontro de cortesia em Maputo, a Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, dialogou com a Secretária de Estado de Cooperação Internacional e Comércio da Suécia, Diana Jansen, com a qual abordou dentre vários temas, a situação na Região Norte do País e o Ponto de Situação da implementação do Programa de Medidas de Aceleração Económica (PAE).

Na sua intervenção, Louveira, sublinhou que Moçambique tem uma longa história de parceria com a Suécia em áreas como educação, saúde, desenvolvimento rural e governação. Para a dirigente, por um lado, a visita oferece uma oportunidade para o fortalecimento da cooperação entre os dois povos e explorar formas de aprofundamento das relações em outras áreas de interesse mútuo. Por outro, serve como sinal das boas relações entre os dois países. A Suécia é um dos países que Moçambique decidiu isentar vistos de entradas, o que facilitará o acesso dos nossos irmãos

suecos ao País, disse a vice-ministra.

A Governante destacou igualmente que a visita da Secretária de Estado acontece numa altura em que Moçambique sofre os efeitos devastadores do Ciclone Freddy que afectou a zona Sul, Centro e Norte do País e que destruiu infraestruturas económicas e sociais, colocando milhares de moçambicanos na condição de deslocados.





## Nova PCA do ISSM Desafiada a Transformar Sector Contra Branqueamento de Capitais



e fiscalização da actividade seguradora em Moçambique.

Na cerimónia de empossamento da nova timoneira do ISSM, o Primeiro-ministro, lançou o repto para que a empossada e a sua equipa de trabalho deem o seu contributo para o “aprimoramento das políticas, estratégias e planos institucionais, com vista a assegurar o contínuo crescimento do sector segurador no nosso país”.

Ademais, o governante recomendou a intensificação de campanhas de literacia sobre a importância do seguro para a “manutenção da renda familiar”.

Segundo Maleiane, o ISSM deve garantir que sejam adoptadas as estratégias fortes para enfrentar dois grandes desafios do sector: o branqueamento de capitais e as alterações climáticas, este último que provoca a destruição de património público e privado, devido à ocorrência cíclica de eventos climáticos severos.

De acordo com o Primeiro-ministro, apesar de estarem a ser alcançados resultados na área, como a promoção do crescimento do ramo da vida e de microsseguro no País, “há necessidade da actualização da legislação do sector segurador

O Primeiro-ministro exigiu, recentemente, a transformação da postura do sector de seguros para que esteja pronto para fazer face ao branqueamento de capitais e à ocorrência de eventos climáticos que destroem o património público e privado.

Adriano Maleiane falava em Maputo na cerimónia de tomada de posse da nova Presidente do Conselho de Administração, (PCA) do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM).

Chama-se Ester dos Santos José a nova PCA do Instituto Público, responsável pela supervisão



mais sustentável e saudável”, disse Ester dos Santos José.

Antes de assumir o cargo de PCA do ISSM, Ester dos Santos José exercia a função de Directora Nacional Adjunta de Gestão da Dívida Pública, no Ministério da Economia e Finanças.

O Governo criou, em 2010, o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, uma instituição responsável pela supervisão e fiscalização da actividade seguradora, em particular de empresas e instituições de seguros, mediação de seguros e fundos de pensões complementares. Nos últimos cinco anos, Moçambique registou o estabelecimento de 19 seguradoras, uma resseguradora, duas microsseguradoras, sete entidades gestoras de fundos de pensões complementares e 161 mediadores de seguros.

para adequá-lo à actual realidade e dinâmica de riscos no mercado de seguros, em especial aos riscos fundamentais relacionados às mudanças climáticas, assim como garantir a modernização dos sistemas de informação e comunicação, bem como o controlo do branqueamento de capitais”, exigiu Adriano Maleiane.

A nova PCA do ISSM diz estar preparada para os novos desafios e já sabe por onde começar a dar o seu contributo para o crescimento e consolidação da instituição que passa a dirigir.

“O que eu constatei, mesmo antes de ter tomado a posse, é que muito está a ser feito pelas seguradoras que actuam no País, mas a comunicação e as informações não são muito difundidas. Por isso mesmo,

daqui para frente, vamos pegar na plataforma que o Banco de Moçambique usa na área da supervisão bancária para garantir que essa plataforma ajude essas instituições, facilite o seu trabalho no âmbito da organização de informações, estatísticas fiáveis, com o fim de criarmos uma área de seguros





## MEF Divulga a Conta Cidadão



O Ministério da Economia e Finanças apresenta a Conta Cidadão referente ao ano de 2021, sendo esta a 6ª edição de interação pública, de cidadania e de prestação de contas da informação de forma simples e didática.

Esta conta ilustra como os recursos do Estado foram arrecadados, alocados e gastos na realização da Despesa

Pública, com destaque para os Sectores Económicos e Sociais nomeadamente: Educação, Saúde, Justiça, Agricultura, Infraestruturas e Energia, Transportes e Comunicações.

Como se pode depreender, a Conta Cidadão resume os resultados globais referentes ao exercício económico, visando deste modo assegurar o envolvimento de todos os

segmentos da sociedade civil no acompanhamento da Gestão de Finanças Públicas.

A Conta Cidadão do período em alusão congrega um conjunto de tabelas, gráficos e figuras que ilustram, de forma simplificada, a Execução do Orçamento do Estado de 2021, para uma melhor compreensão, análise e interpretação dos respectivos dados.



Em Gaza

## MEF interage com Jornalistas Sobre Medidas de Aceleração Económica



a fazerem réplicas nos seus órgãos de comunicação e informação informando ao cidadão com o conhecimento sólido do PAE.

Nas notas introdutórias, o Director-Adjunto do Gabinete de Restauração Económica João Macaringue, sublinhou que com o PAE, o Governo pretende fazer um ajustamento da sua estratégia visando impulsionar o relançamento da sua economia através de um pacote estruturado de reformas. É neste sentido que os reajustes e incentivos do PAE pretendem deste modo, criar condições para que os sectores-chave da economia se desenvolvam, devendo, no entanto, estas medidas serem implementadas num prazo de dois anos, vocês estão aqui para serem mensageiros destas medidas, disse.

Refira-se que as medidas em alusão, estão disponíveis no portal do MEF, bem como em formato físico (brochura do PAE).

O Ministério da Economia e Finanças (MEF), através do Gabinete de Restauração Económica, procedeu com a capacitação de jornalistas sobre o Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE), aprovado e anunciado pelo Governo a 9 de Agosto de 2022.

A formação com a duração de dois dias decorreu no distrito de Bilene, em Gaza e contou com a participação de jornalistas da região Sul, Centro e Norte do País. A mesma foi orientada por um grupo de quadros do MEF e de outros ministérios envolvidos na implementação do PAE.

Nareunião, osescribastiverama ocasião de melhorar os seus conhecimentos sobre as vinte medidas que compõem o PAE tendo em conta o ajustamento pelo Governo da sua estratégia visando impulsionar o relançamento da economia moçambicana.

A capacitação tinha como objectivos inculcar aos jornalistas, o domínio da informação relacionada às medidas de aceleração económica de modo





## Lourenço Lindonde Inteira-se das Actividades do SPEFG

O actual Secretário de Estado da Província de Gaza, Lourenço Mateus Lindonde, realizou uma visita de trabalho ao Serviço Provincial da Economia e Finanças de Gaza (SPEFG) no passado dia 21 de Fevereiro do ano em curso a fim de familiarizar-se das actividades em curso naquela instituição.

Ao longo da visita, o Secretário de Estado conheceu as instalações do SPEFG e em simultâneo interagiu com os funcionários onde teve o informe das actividades que desempenham no seu dia-a-dia, tendo em simultâneo trocado impressões para a melhoria de alguns aspectos que tem a ver com o alcance da eficiência e eficácia no desempenho das actividades.

Ainda neste encontro, Lindonde, apelou aos funcionários a um maior comprometimento, zelo, envolvimento e empenho em todas as actividades no sector.

O dirigente reunir-se igualmente com os funcionários das Intuições Tuteladas por este Serviço a Delegação Provincial de Autoridade Tributária e a Delegação Provincial do Instituto Nacional de Estatística, respectivamente.





## SPEFG Divulga Novo Regulamento de Contratação Pública

Com vista a responder os principais desafios identificados no processo de contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, foi revogado o Decreto nº 05/2016 de 8 de Março, passando a vigorar a partir do dia 31 de Março de 2023 o novo Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 79/2022 de 30 de Dezembro.

A fim de divulgar o novo Regulamento acima citado, decorreu no dia 30 de Março do corrente ano, uma sessão orientada pelos formadores do Departamento de Património, da Repartição de Aquisição do Serviço Provincial de Economia e Finanças de Gaza (SPEFG) e da Delegação Provincial do CEDSIF.

A referida acção envolveu cerca de 178 técnicos ligados às áreas de contratação Pública das instituições de nível distrital e provincial.





## Inhambane Celebra o Dia Nacional do Contribuinte



do Dia Nacional do contribuinte decorra com um misto de sentimentos de felicidade e de preocupação. Pois, felicidade porque a nossa economia mostra sinais de vitalidade apesar de várias vicissitudes, nomeadamente, a vulnerabilidade do nosso País aos fenómenos naturais como inundações, secas, ciclones e sismos, sendo que alguns são cíclicos e outros ocasionais.

Refira-se que na presente celebração, todos os sectores da economia são chamados a dar o seu contributo, desde as reformas com vista a simplificação da legislação e dos procedimentos. A expansão e consolidação das plataformas digitais à diversificação dos meios de pagamentos, a gestão dos contribuintes, tornando o cumprimento das obrigações mais estratégicos que as mesmas representam no alagamento da base tributária.

No final do evento foram atribuídos menções honrosas aos contribuíres que mais se destacaram ao nível provincial no cumprimento das obrigações fiscais do ano transacto.

**N**um evento presidido pelo representante do Secretário do Estado na Província de Inhambane, Ricardo Nhacuongue, celebrou-se o dia Nacional do contribuinte que contou com a presença de várias individualidades da província.

O Dia Nacional do contribuinte celebrado a 22 de Março e visa enaltecer o contribuinte como agente fundamental para o desenvolvimento efectuando-se o balanço e reflexão sobre os desafios inerentes à Tributação. Para o presente ano, o dia é celebrado sob o lema Engajando o Cidadão para Exercício da Cidadania Fiscal.

Intervindo na reunião, Ricardo Nhacuongue disse que a celebração do dia Nacional do Contribuinte visa enaltecer o papel fundamental que um contribuinte tem na sociedade, para além disso, hoje, a nível central serão distinguidos os melhores contribuintes do ano 2022, mais uma vez, o acto vai sublinhar o papel crucial que os contribuintes têm no alargamento e consolidação da base tributária nacional.

Por seu turno, a Directora-Geral dos Impostos, Lurdes Inês Banze sublinhou que o evento insere-se num contexto fundamental nos dias actuais, pois, há necessidade de mostrar o contribuinte a sua importância no cultivo da cidadania fiscal, cumprindo e fazendo cumprir as suas obrigações fiscais, primeiro como cidadão agente económico (contribuinte de direito) e segundo com cidadão contribuinte de facto, enfatizou.

A dirigente sublinhou ser importante que a Celebração







## Cabo-Delgado Actualiza-se com o PESOE 2023



parte pela retoma das actividades económicas após pandemia, no entanto, há uma necessidade de se adoptar medidas sustentáveis e abrangentes para os diferentes sectores da economia, considerando os efeitos negativos resultantes da pandemia que influenciaram na desaceleração do crescimento e do desempenho dos vários sectores. A inflação prevista para o ano de 2023 é de 11.5%, um aumento de 6.2 pontos percentuais (mais que o dobro) face ao previsto para 2022, e mais que o triplo da inflação de 2019, o que deveria obrigar o Estado a compensar a inflação com maior alocação orçamental para os sectores sociais, com particular enfoque para o sector de saúde, agricultura e protecção social, tendo em consideração o actual contexto da vulnerabilidade das crianças após os efeitos da pandemia da COVID-19, na medida em que constitui mais um elemento de redução do poder de compra das camadas mais vulneráveis.

**D**ecorreu recentemente, na sala de conferências do Hotel Pemba Express, na Cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado, a reunião de Harmonização do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE-2023). O encontro foi dirigido pelo Chefe do Departamento do Plano e Orçamento, Amara Dias em representação do Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças, Dário Passo.

O mesmo tinha como objetivo de analisar os conteúdos e a metodologia da elaboração do documento, também este seminário vai permitir que os técnicos, usuários finais deste instrumento, estejam uniformizados de todos os procedimentos como forma de facilitar a interpretação e a análise dos dados.

Estiveram presentes no encontro técnicos do Departamento do Plano e Orçamento do Serviço Provincial da Economia e Finanças, técnicos de planificação de

todos os Distritos, dos Serviços e Direcções Provinciais e Delegações Provinciais.

Foi referido no evento que do ponto de vista macroeconómico, foi possível notar que para o ano 2023, no PESOE perspectiva-se uma taxa de crescimento de 5%, 2.1 pontos percentuais acima do período anterior, influenciado em



## FICHA TÉCNICA

### Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REG°/GABINFO-DEC/2009

#### Director

Alfredo Mutombene

#### Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel  
Lucrécia Nhabomba  
CINE Grupo

#### Redacção

Lucrécia Nhabomba  
Luís Tobela  
Felisberto Matsinhe

#### Revisão

Messias Sofrinho

#### Fotografia

Emílio Fuel  
Jaime Guibango

#### Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Evinilde Fernanda (Provincia de Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARF), Ussene Bay (Gaza), Naftal e Zandamela (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), Augusto Salvador e A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal N° 272  
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067  
Maputo - Moçambique Website: [www.mef.gov.mz](http://www.mef.gov.mz)